

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.342, DE 2007

Garante ao pescador profissional artesanal de camarões o recebimento do seguro-desemprego ainda que o defeso da pesca do camarão seja parcial.

Autor: Deputado Flávio Bezerra

Relator: Deputado Wandenkolk Gonçalves

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, que *“dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”*, estabelecendo que: *“pescadores profissionais artesanais de camarão que utilizem barcos com menos de 4m de comprimento, atendidas as demais exigências fixadas por esta Lei, mesmo quando o defeso seja parcial e restrito à frota pesqueira, farão jus ao recebimento do benefício de seguro-desemprego”*.

Justificando sua iniciativa, o nobre Deputado Flávio Bezerra esclarece que o defeso da atividade pesqueira, visando à proteção de determinadas espécies, costuma ser periodicamente determinado pelo órgão ambiental, ora total, ora parcialmente. Nos períodos em que a pesca é totalmente proibida, o benefício do seguro-desemprego é pago aos pescadores artesanais, na forma da Lei n.º 10.779, de 2003, medida inteiramente justa e necessária. Todavia, há casos em que o defeso é parcial, sendo proibida a captura por meio de arrasto mecânico ou outras modalidades, características da pesca industrial. Nesses casos, os pescadores artesanais não têm direito ao

seguro-desemprego e são obrigados a dar continuidade à pesca, mesmo que isso acarrete pressão exploratória sobre os recursos pesqueiros que deveriam ser protegidos, ocasionando impacto ambiental de magnitude não dimensionada. A proposição visa corrigir tal situação.

De acordo com o despacho de distribuição, o PL n.º 1.342, de 2007, deverá ser apreciado, de forma conclusiva (art. 24, II, do R.I.C.D.), quanto ao mérito, pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Seguridade Social e Família; e, quanto aos aspectos referidos no art. 54 do R.I.C.D., pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Decorrido o prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Procedendo à apreciação, quanto ao mérito, do projeto de lei n.º 1.342, de 2007, verificamos que a iniciativa visa corrigir uma injustiça que atinge o pescador artesanal, em situações peculiares.

A proibição temporária da captura de determinadas espécies, pelo órgão ambiental competente, constitui providência salutar, necessária à proteção dessas espécies em seu período reprodutivo, ou quando, por qualquer outro motivo, estas se encontrem ameaçadas. Sendo o defeso parcial, com frequência vê-se o pescador artesanal obrigado a praticar a pesca — posto que o benefício do seguro-desemprego lhe é negado —, mesmo consciente de que, ao fazê-lo, concorrerá para a depleção dos estoques de importantes recursos pesqueiros, ameaçando a sustentabilidade da atividade de que depende sua própria sobrevivência.

O projeto de lei acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei n.º 10.779, de 2003, assegurando ao pescador profissional artesanal de camarão, que utiliza embarcações com menos de quatro metros de comprimento, o

direito de optar pelo recebimento do seguro-desemprego, mesmo que o defeso seja parcial e restrito à frota pesqueira.

Entendemos que a medida proposta vem ao encontro de uma real necessidade: o pescador artesanal que tem consciência da importância de praticar a pesca de forma sustentável deve ter o direito de aderir ao esforço de preservação, em período crítico para a espécie, para voltar a pescar com muito maior sucesso e sem ocasionar dano ambiental, ao término do período de defeso.

A redação dada ao dispositivo proposto, entretanto, poderia ser aprimorada, de forma a dirimirem-se quaisquer dúvidas quanto à opção do pescador artesanal, que deverá formalizá-la junto ao órgão ambiental competente. Também julgamos oportuno que a medida não se restrinja à pesca do camarão, mas possa abranger outras espécies de crustáceos, moluscos e peixes. Com este propósito, oferecemos a emenda n.º 01/2007, em anexo.

Considerando que o órgão ambiental também pode estabelecer períodos de defeso visando à proteção de espécies de outro crustáceo — o caranguejo —, em cuja coleta se empregam inúmeros brasileiros, é justo que estes façam jus a idêntico benefício. A emenda n.º 02/2007, em anexo, visa estender o seguro-desemprego ao catador de caranguejo, equiparado para efeitos legais ao pescador profissional artesanal.

Com base no exposto, voto pela **aprovação** do PL n.º 1.342, de 2007, e das duas emendas em anexo.

Sala da Comissão, em 05 de setembro de 2007.

Deputado **WANDENKOLK GONÇALVES**
Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.342, DE 2007

EMENDA N.º 01/2007 (do Relator)

Dê-se ao art. 1º do projeto de lei a seguinte redação:

Art. 1º O art. 1º da Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 1º
.....

§ 3º O pescador profissional a que se refere este artigo que se dedique habitualmente, em determinada região, à pesca de espécies de peixes, crustáceos ou moluscos cuja captura, por meio de arrasto motorizado ou de qualquer outra modalidade não-artesanal, venha a ser temporariamente proibida pelo órgão ambiental competente, poderá aderir ao defeso da pesca da referida espécie, manifestando formalmente sua opção junto ao órgão ambiental e passando a ter direito, neste caso, ao recebimento do benefício de seguro-desemprego de que trata esta Lei.” (NR)

Sala da Comissão, em 05 de setembro de 2007.

Deputado **WANDENKOLK GONÇALVES**
Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.342, DE 2007

EMENDA N.º 02/2007 (do Relator)

Acrescente-se ao projeto de lei o seguinte art. 2º,
renumerando-se os demais:

Art. 2º A Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Para os efeitos desta Lei, o catador de caranguejo equipara-se ao pescador profissional artesanal, fazendo jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso da atividade de coleta de caranguejos, estabelecido pelo órgão competente com vista à proteção de espécies do crustáceo.” **(NR)**

Sala da Comissão, em 05 de setembro de 2007.

Deputado **WANDENKOLK GONÇALVES**
Relator